

PODER

Master: oitivas pioram relação entre Toffoli e PF

Agentes federais terão somente dois dias para fazer interrogatórios de todos os arrolados, em vez dos seis previstos antes. Delegados ouvidos pelo **Correio** advertem: tempo curto ameaça comprometer resultados dos depoimentos e coloca o inquérito em risco

» LUANA PATRIOLINO

A decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), de reduzir o prazo para os depoimentos dos investigados na fraude do Banco Master causou mais um desconforto na Polícia Federal (PF). No novo capítulo da tensão entre o magistrado e a corporação, delegados federais ouvidos pelo **Correio**, sob a condição de anonimato, afirmam que a mudança no cronograma pode comprometer o resultado das oitivas do inquérito. Além disso, apontam uma interferência direta na autonomia do responsável pela investigação do caso.

Antes, os agentes tinham seis dias para concluir o procedimento, mas, agora, terão somente dois. Os depoimentos estavam previstos para ocorrer entre os dias 23 e 28 de janeiro, mas Toffoli requisitou que a PF sugira um novo calendário, com dois dias consecutivos para a conclusão dos interrogatórios. Segundo o ministro, a mudança deve acontecer por causa de limitação de pessoal e de salas no prédio do Supremo.

Para os delegados ouvidos pelo **Correio**, há um incômodo geral na PF em relação às decisões de Toffoli no caso Master. Argumentam que toda investigação tem uma sequência de ações e estratégias definidas pelo responsável, e que as ações do ministro representam uma interferência na atuação da corporação, cuja consequência pode ser o surgimento de brechas no relatório final do inquérito. A alteração do cronograma, quando imposta pelo Judiciário, reduz a margem técnica de planejamento da PF e pode gerar alegações dos advogados de defesa, como cerceamento, selevidade ou fragilidade procedimental, o que ameaça afetar a consistência do conjunto probatório.

Ao todo, devem ser ouvidos 11 investigados no inquérito, sob a relatoria de Toffoli. O banqueiro Daniel Vorcaro e o ex-presidente do Banco de Brasília Paulo Henrique Costa — além do diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Ailton de Aquino Santos — participaram de uma primeira rodada de oitivas, em 30 de dezembro, conduzida pela delegada federal Janaína



Atuação de Toffoli tem causado estranheza na Polícia Federal e delegados alertam para os riscos que podem trazer para a investigação do Master

Palazzo. Agora, devem ser ouvidos mais cinco ex-executivos do Master e dois do BRB, além de outros dois empresários.

Nas diligências da segunda fase da Operação Compliance Zero, nesta semana, o STF bloqueou R\$ 5,7 bilhões em bens do Master e de pessoas a ele ligadas. Além disso, os agentes recolheram 39 aparelhos celulares, 31 computadores, 30 armas, R\$ 645 mil em espécie, 23 veículos — avaliados em R\$ 16 milhões — e documentos considerados relevantes para o avanço das investigações. Toffoli determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) custodie todo o material aprendido, função habitualmente incumbida à PF, e mantenha os dispositivos eletrônicos carregados e desconectados da internet e da rede de telefonia.

O ministro do STF tem criticado a corporação por uma suposta "falta de empenho" no cumprimento de cronogramas. Nesta semana, deu uma decisão que impedi os investigadores de acessarem o material recolhido na operação. Depois, o magistrado recuou e deu acesso a quatro peritos da PF escolhidos por ele. A polícia pediu ajuda do governo para questionar a decisão de definir, nominalmente, os servidores. No entanto, a Advocacia-Geral da União (AGU) desfez a proposta de apresentar um recurso em nome do Executivo nesse caso.

Peritos reagem

Os peritos federais também estão incomodados com as decisões de Toffoli. Na quarta-feira, a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)

emitiu nota manifestando "preocupação" com o risco de perda de provas, depois de o ministro do STF decidir que o material recolhido na segunda fase da Operação Compliance Zero deveria ficar sob a custódia da PGR.

Nos bastidores, a PF também criticou a decisão "pouco usual" de Toffoli ao definir, nominalmente, os quatro peritos que atuarão no caso. Segundo a corporação, a delegada do caso é a responsável por fazer a requisição de peritos — e o chefe do setor é quem define os servidores que serão designados para o trabalho, com base na experiência e na disponibilidade.

Toffoli também prorrogou, por mais 60 dias, a investigação da PF sobre as irregularidades na operação de venda do Master para o BRB. A decisão foi publicada ontem, depois de um pedido

apresentado pela corporação. O magistrado é o relator do inquérito desde dezembro do ano passado e decidiu que o caso tramitaria na Suprema Corte — antes estava na Justiça Federal em Brasília. A investigação da PF indica que o BRB realizou operações consideradas irregulares com o Master numa tentativa de dar fôlego à instituição de Vorcaro, enquanto o BC analisava a proposta de aquisição.

Segundo as investigações, o Master vendeu R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito que nunca existiram no BRB e tentou justificar a operação junto a autoridade monetária com documentos falsificados. Investigadores apontam que integrantes da cúpula dos dois bancos produziram títulos fictícios para dar aparência de legalidade à transferência de valores, realizada entre janeiro e maio de 2025.

INSS cancelou consignados

» RAPHAEL PATI

À época em que o Master sofreu liquidação judicial por determinação do Banco Central, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já havia retido todos os valores que seriam repassados à instituição referentes a 254 mil contratos de crédito consignado expedidos pelo banco de Daniel Vorcaro. Ao todo, esses empréstimos equivaliam a aproximadamente R\$ 2 bilhões.

A informação foi dada, ontem, pelo presidente do INSS, Gilberto Waller, em entrevista à GloboNews. Segundo ele, a decisão foi tomada depois do instituto constatar uma série de irregularidades nos contratos ofertados. "Solicitamos a cópia dos contratos desses aposentados e pensionistas e, quando a gente recebe, recebe com surpresa. O contrato não é claro, não está de acordo com a instrução normativa do INSS, não tem taxa de juros, custo efetivo. O contrato estava aquém do necessário. A assinatura do segurado vinha como se fosse assinatura eletrônica, mas sem o QR Code para confirmar", explicou.

Ainda de acordo com Waller, o INSS não libera mais esses recursos para o Master, para o liquidante ou para os que contrataram o crédito até que se comprove a veracidade das assinaturas. Na próxima semana, deve haver uma reunião com o liquidante e o banco terá um prazo para regularizar os documentos. "Não comprovando que a assinatura seja idônea, a gente cancela e devolve para aposentado e pensionista", frisou.

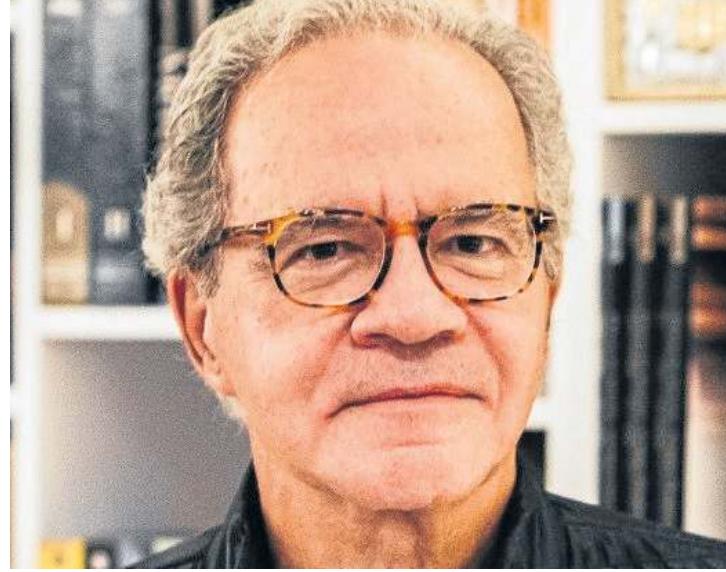
Segundo Waller, devem ser pagos R\$ 148 milhões ao INSS como resarcimento pelos custos para a operacionalização de empréstimos consignados a segurados e pensionistas. Ele destacou que, com o veto presidencial ao projeto que tirava do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) a competência para definir o teto de juros, seguem valendo os limites de 1,80% ao mês para empréstimo pessoal e 2,40% para cartão consignado.

» LEIA MAIS na página 8

» Sessão do TCU não pauta caso

Tanure admite prejuízo com instituição liquidada

Reprodução/Redes Sociais



Vinhiamo reduzindo
nossa exposição ao
referido banco. Os
valores remanescentes
correspondem a perdas
suportáveis. (...) Ficará
comprovado que minhas
relações foram lícitas,
ainda que tenham
acarretado prejuízos"

Trecho da nota do
empresário Nelson Tanure

O empresário Nelson Tanure disse ter sido surpreendido, na manhã da quarta-feira, com o pedido de "busca pessoal" emitido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual afirma que atendeu com "respeito e prontidão". "Não fui nem sou controlador do extinto Banco Master, tampouco seu sócio, ainda que minoritário, direta ou indiretamente", afirmou o empresário por meio de nota. Ele negou também ligações societárias indiretas "inclusive por meio de opções, instrumentos financeiros, debêntures conversíveis em ações ou quaisquer mecanismos equivalentes".

"Mantivemos com o referido banco relações estritamente comerciais, sempre na condição de cliente ou aplicador, assim como fazemos com outras instituições financeiras no Brasil e no exterior", diz ainda o empresário.

Segundo ele, essas relações envolviam aplicações financeiras, operações de crédito, gestão de fundos e aquisição de participações

disposição das autoridades e da Justiça. "Tenho fé, e plena confiança na seriedade das investigações, de que todos os fatos relacionados a mim serão devidamente esclarecidos e de que ficarão

comprovado que minhas relações com o extinto banco foram integralmente lícitas, ainda que, infelizmente, tenham nos acarretado bastantes prejuízos", escreve.

O empresário afirma ainda que

seu celular foi recolhido durante a busca. "Cena inusitada para mim, nessa quadra da minha vida, com mais de 50 anos de vida empresarial nos mais diversos campos da economia brasileira", diz.

A primeira sessão plenária do Tribunal de Contas da União em 2026 não tratará do caso Master, de acordo com a pauta preliminar divulgada ontem. Está em andamento na Corte de Contas a avaliação da legalidade do processo de liquidação do Master, ocorrida em novembro de 2025. Como o Banco Central desistiu dos embargos de declaração contra a decisão do relator do processo no TCU, ministro Jhonatan de Jesus, o plenário da Casa não precisa avaliar o processo no momento.

Além disso, a inspeção de documentos relacionados à liquidação do Master é parte do trâmite instrutório feito pela área técnica. A realização da diligência foi acertada na segunda-feira, em uma reunião entre diretores e o presidente do BC, Gabriel Galípolo, o presidente do TCU, Vital do Rêgo, e Jhonatan.